



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
Rua Oito, casa 3 - Bairro Portal de Paraty - CEP 23970000 - Paraty - RJ - www.icmbio.gov.br

Ata

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU

09/08/2016 – Bairro Novo Horizonte, Paraty, RJ.

Em 02 de setembro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Brito Gueiros Souza, Analista Ambiental**, em 02/09/2016, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **0379868** e o código CRC **A39A960E**.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU

09/08/2016 – Bairro Novo Horizonte, Paraty, RJ.

CONSELHEIROS PRESENTES: Bruno Gueiros (chefe substituto da APA Cairuçu), Tiago Oliveira Menezes, Alda Janaína da Assis Ariston, Almir dos Remédios, Daniele Elias Santos, Domingos Ramos dos Santos, Monaliza Melo Brandão Assis, Clédson Cesar da Silva, Luciana Gomes de Araújo, Fábio José dos Reis de Oliveira, Marcela Albino Cananéa, Cristiana Silva Reis, Róbson Dias Possidônio, Neiva Oliveira Cruz, Jádson dos Santos, Noelcir Vasconcelos Pinheiro, André Luiz Videira de Figueiredo e Márcio de Alvarenga Oliveira.

Além dos Conselheiros assinaram a lista de presença outros 36 participantes.

Os conselheiros Sérgio Daflon de Mello, Vagner Nascimento, Rodrigo Rocha Barros, Valéria Mozzer Lourenço e Lúcia Cavalieri justificaram a ausência.

Início da reunião: 09:50 hs.

Término da reunião: 17:10 hs.

Bruno, Presidente substituto do Conselho Consultivo da APA Cairuçu (CONAPA) deu boas vindas a todos os presentes e agradeceu ao Sr. Daniel, pastor da Igreja Evangélica Ebenézer, de Novo Horizonte, que gentilmente cedeu o espaço do templo para a realização da reunião. Explicou que esta Reunião Ordinária do CONAPA está prevista para os dois turnos, sendo a parte da manhã dedicada a uma conversa dos conselheiros e equipe da APA Cairuçu com a comunidade local, ficando a parte da tarde destinada à reunião propriamente dita do Conselho Gestor da Unidade. Em seguida, para dar início aos trabalhos, passou a palavra para o analista ambiental Carlos Felipe Abirached, que convidou a todos os presentes para se apresentarem, sugerindo, para tanto, a realização de uma dinâmica para descontração e aproximação do grupo de participantes no ambiente externo, com o que todos concordaram.

Em seguida, os presentes se agruparam, formando uma roda no espaço defronte ao templo onde se realizava a reunião. Estavam presentes conselheiros do CONAPA Cairuçu, moradores de Novo Horizonte e demais interessados nos trabalhos de gestão da APA Cairuçu que vêm acompanhando as atividades do Conselho (lista de presentes em anexo), totalizando cerca de 50 pessoas. Carlos Felipe propôs a “dinâmica do barbante” para conduzir a apresentação dos participantes. Explicou que cada participante da reunião deveria se apresentar, dizendo seu nome e instituição que representa, ou a localidade onde reside (no caso de comunitários). Acrescentou que, ao se apresentar, o participante deveria enrolar o barbante no dedo e, após, deveria lançar o rolo para qualquer outro membro da roda, o qual também se apresentaria da mesma forma, enrolando o barbante no dedo e lançando o rolo para outro participante ainda não apresentado - e assim por diante, até todos se apresentarem. Carlos Felipe apresentou-se, dando início às apresentações. Com essa dinâmica foi se formando, progressivamente, no meio da roda, um emaranhado de barbante, interligando a todos os participantes, na medida em que se apresentavam. Importante registrar a presença de dois vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Paraty, Fernando Louro e Valceni da Silva Teixeira, conhecido como Sanica.

Cumpra também registrar, ainda, que, ao se apresentarem os moradores da família Callegário, Sr. Roberto e um senhor conhecido como Tininho, respectivamente pai e filho, evidenciaram exaltação de ânimos, mencionando supostos delatores locais, a cerca de possíveis irregularidades ambientais no bairro e manifestaram queixas e apreensões em relação à atuação dos órgãos ambientais na localidade.

Na continuação da dinâmica, em determinado momento, depois que a maioria dos participantes já haviam se apresentado, estando a roda já preenchida com um emaranhado de barbante, o Sr. Clédson Moreira, conselheiro do CONAPA representante da comunidade local, interpelou diretamente a outro morador local que, aparentemente, apenas observava de fora, evitando participar da roda de apresentação. Interpelou ao jovem, indagando por que lhe estava encarando. Com isto, o comunitário Tininho, deslocou-se de seu lugar na roda, para tomar satisfações do conselheiro em nome do jovem interpelado, seu irmão. Manifestou ameaças verbais contra o conselheiro, acusando-lhe de delator e, juntamente com o vereador Sanica, o cercou. Em meio a um início de tumulto que começava a se instalar, numa troca de insultos que consternava a todos os demais presentes, o analista ambiental do ICMBio, Carlos Felipe, que conduzia a dinâmica de apresentação, buscou apaziguar os ânimos dos envolvidos e chamou a consciência de todos para o cumprimento da ordem pública e respeito à institucionalidade dos trabalhos do CONAPA, a fim de permitir a continuidade da reunião. O vereador Sanica respondeu que não havia mais clima para que a reunião continuasse, fala reiterada pelo vereador Fernando e, ato contínuo, deslocou-se até o estacionamento contíguo ao local, entrou em seu carro, manobrou e, avançando com o automóvel em direção ao meio da roda formada, preenchida pela teia formada pela trama de barbante, ameaçou e obrigou os participantes a recuarem para se protegerem, desfazendo a roda e a dinâmica. O vereador parou o carro no lugar onde antes se encontrava o círculo formado pelos conselheiros e demais participantes da atividade, desceu do veículo e desferiu palavras ofensivas contra o conselheiro Clédson, que retrucou com palavras de igual teor.

O vereador Sanica se retirou da reunião de forma inopinada e, com a exaltação de ânimos momentaneamente suspensa, diante da perplexidade gerada, Carlos Felipe sugeriu retomar a apresentação, até que se completassem os participantes que ainda restavam se apresentar, porém, descartando o uso do barbante, já que a teia fora desfeita. Após completar-se a apresentação dos presentes, Carlos Felipe concluiu a dinâmica e explicou que a mesma tem a função de mostrar que os presentes têm conexões pessoais e interinstitucionais entre si, relações muitas vezes conflituosas, mas que precisam ser tratadas de forma respeitosa e com tolerância. Ponderou que o foco deve ser nos problemas e não contra as pessoas. Reforçou o sentido público

daquela reunião – organizada com esforço mútuo do ICMBio e associação local, com recursos orçamentários e materiais públicos envolvidos – conduzida no âmbito de um fórum democrático e formalmente institucionalizado, tem rito procedimental determinado por normativas federais. Na sequencia, convidou a todos para retornarem ao recinto da igreja, para darem continuidade à reunião.

Bruno: Informa aos presentes que a reunião não será cancelada. Destaca que nós, gestores da APA Caiuruçu, podemos ter defeitos e errar, pois somos humanos, entretanto uma qualidade nós temos, que é a de estar disposto ao diálogo. Nós estamos aqui para dialogar com a comunidade. Sabemos que existem erros e injustiças, inclusive no Plano de Manejo vigente, entretanto estamos aqui para dialogar, pactuar, vermos o que é possível ser construído coletivamente para corrigirmos as injustiças.

Ao retomarem aos seus assentos, ainda sob o impacto da consternação generalizada causada pela quebra da ordem pública recém-ocorrida, o analista ambiental Carlos Felipe propôs a construção de um “acordo de convivência” entre os presentes. A proposta era escrever regras de conduta na reunião a serem pactuadas entre todos e deixá-las expostas com o texto bem visível para os participantes do encontro. Aprovada a proposta de dinâmica, Carlos já sugeriu um primeiro item: “desmobilização da reunião em caso de tumulto, com registro em ata dos eventuais responsáveis”. Em seguida, ainda foram arrolados acordos que se tornaram pactos fundamentais para o bom andamento do encontro, a partir de então: “manutenção de um tom de voz respeitoso”, “foco no problema, não nas pessoas”, “falas mediante inscrições”, “escuta ativa”, entre outros. Após a pactuação do acordo de convivência, deu-se andamento à reunião propriamente dita, às 10:46, sendo abertas as inscrições para as falas dos presentes.

Bruno: retoma a fala para focalizar a pauta do período da manhã, dedicado a um diálogo entre conselheiros, equipe da APA e comunidade local. Afirma que diferentemente do caso de um Parque Nacional e outros tipos de Unidades de Conservação, onde o território é afetado para ter desapropriações, no caso de uma APA, o regime de propriedade privada não é alterado, apenas se estabelecem regras de uso e ocupação do solo nas propriedades existentes. Com isto, trata-se de um tipo de Unidade de Conservação na qual a gestão deve se pautar fundamentalmente pelo diálogo e participação social. Neste sentido, acrescenta que nesta área existe um regime de ordenamento territorial que a equipe lida no dia a dia, esclarecendo que no bairro de Novo Horizonte incidem três tipos de Zonas definidas no zoneamento do Plano de Manejo: Zona de Expansão Residencial e Turística (ZERT), Zona de Uso Agropecuário (ZUA) e Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR). Informa que nessas duas últimas, como zonas rurais, os terrenos passíveis de intervenção edilícia devem ter o tamanho mínimo de um módulo rural do INCRA, isto é, dois hectares. Acrescenta que isto vem trazendo problemas na aprovação de requerimentos apresentados à administração da APA por proprietários de terrenos muito menores que isto, o que não é bom para ninguém, nem para as comunidades, nem para gestão da APA, que acaba tendo que administrar conflitos, ao invés de fazer a gestão ambiental.

José Orlando Callegário: afirmou que o prefeito, em uma reunião com a comunidade disse que a área aqui era de cultivo, mas ponderou que ela se tornou uma área de moradia.

Carlos Felipe: algum morador poderia apresentar um histórico da ocupação e constituição da área do Novo Horizonte?

Paula Callegário: eu me inscrevi para perguntar sobre a revisão do Plano de Manejo, mas também posso aproveitar e narrar um pouco da história do bairro depois. Eu gostaria de saber como vai ser feito o zoneamento, se vai ser feito por área, se vai ser feito em conjunto com as comunidades, o que vai poder ser feito, o que não. Isso tudo é importante de ser bem esclarecido porque muitas vezes as pessoas cometem delitos sem saber, por desconhecimento das leis e regras. Então são essas questões que eu gostaria que fossem esclarecidas. Agora eu poderia fazer um histórico da área também. Em 1953 áreas do município foram doadas pelo prefeito Roberto da Silveira a agricultores de diversas regiões do país. Meu avô, Orlando Callegário, vindo do Espírito Santo, recebeu toda esta área de Novo Horizonte, juntamente com o que hoje é o bairro Independência, incluindo o outro lado da pista [BR 101], de onde vem toda a água da comunidade. Posteriormente, Orlando desmembrou a área para os três filhos. Este sítio hoje é propriedade de seus netos, que têm vendido terrenos para terceiros, predominantemente pessoas do próprio 2º Distrito de Paraty, ou seja, na maioria, moradores desta região mesmo. Eu também gostaria de saber se o Plano de Manejo levará em conta a questão das águas. Hoje a gente observa que existe uma diminuição considerável das águas nas cachoeiras e nas nascentes, inclusive ali na captação do bairro. Este último ano choveu bem, mas é visível de

diminuição das águas em relação ao que existia antes. Isto não só aqui, mas em toda a nossa região. O Plano de Manejo vai considerar aspectos de gestão hídrica?

Bruno: respondendo às questões colocadas pela Paula, a proposta metodológica de revisão do Plano de Manejo será apresentada na segunda parte da reunião, à tarde. Ali vocês poderão ver um quadro com a proposta de dezesseis reuniões e dezesseis oficinas com as comunidades de todo o território da APA, para elaboração participativa do Plano de Manejo. Essas reuniões serão organizadas por microbacias hidrográficas que compõem o território da APA. Esse quadro foi elaborado conjuntamente por duas Câmaras Temáticas do CONAPA, a de Comunidades e Povos Tradicionais e a de Comunicação e Formação. Além disso, também existe no CONAPA uma Câmara Temática de Águas que focaliza exatamente questões como essas que a Paula levanta, abordando inclusive a bacia do Rio Carapitanga, a qual nos encontramos.

Carlos Felipe: a metodologia que está sendo formulada para o Plano de Manejo pauta as microbacias hidrográficas como unidade de planejamento e gestão territorial.

Fernando Louro: eu queria dizer que se alguém achou que aquilo que aconteceu hoje aqui foi esdrúxulo, eu não acho esdrúxulo. Não acho esdrúxulo. E acho que essas reuniões do CONAPA têm que ser avisadas com antecedência. Faço parte da comissão da prefeitura e nem fiquei sabendo desta reunião. Nem da que ocorreu em Paraty Mirim. E ali houve uma moção de repúdio à revisão do Plano de Manejo. Eu queria saber se os conselheiros têm consciência disso. Nós não temos problema de água aqui em Paraty. Aqui, nós só temos problemas de esgotos. Nós não devemos esquizofrenizar o processo, dizer “eu sou do Fórum das Comunidades Tradicionais”, “eu sou do Observatório”. Assim não dá. Não dá. Tem que haver integração. O Plano de Manejo também tem que considerar que tem que prever espaços para os equipamentos públicos. Então, em resumo, falei de três elementos: 1 - integração no processo, 2 – ao falar de água, falar de esgotos e 3 – espaços para equipamentos públicos.

Carlos Felipe: O relatório de monitoria, sobre o qual falaremos em mais detalhe na parte da tarde, considera que o Plano de Manejo já se encontra em processo de revisão. Na fala do vereador Fernando, ele mencionou a moção do CONAPA sobre o decreto, e disse que a moção é contra a revisão do Plano de Manejo. Carlos Felipe esclareceu que o processo já está em outra etapa e a discussão em outra patamar, pois o conselho que assinou a moção já está trabalhando na revisão do Plano de Manejo.

William (comunitário da Forquilha): Essa parte de terras e de saneamento são de muito interesse para os moradores. Foi dito que seria dada uma escritura, mas depois, parece que seria uma concessão. Como é isso, poderiam explicar?

Almir Tã: Eu sou conselheiro do CONAPA desde que ele foi criado. E sobre o questionamento do Fernando, quanto à moção, esse decreto que alterou o decreto de criação previa noventa dias para a atualização do Plano de Manejo. Na sexta feira próxima este prazo se completa. Todos os conselheiros sabiam que um Plano de Manejo não pode ser revisto em noventa dias, daí o repúdio. Quanto à participação, esta aqui já é uma reunião de sementeira, quer dizer, de apresentação da questão para a comunidade. Depois haverá outra reunião aqui, na verdade, uma oficina, para a comunidade, junto com o ICMBio, traçar o zoneamento nesta área. E assim será em sessenta e duas comunidades, primeiro com visitas de sementeira e, depois, outra rodada de reuniões com Oficinas para construir o zoneamento naquela área. Respondendo ao William, o prefeito esteve em diversos locais do município, passando essa informação. Ele também esteve lá na Ilha do Araújo. Só que ele não pode dar escrituras, porque as terras não são da prefeitura.

Noel: o ITERJ é que detém a titulação de toda esta área e a sua maneira de resolver é a concessão de uso social. Mas isso só contempla habitação, ficando de fora os sítios e comércios. O Conselho das Associações da População e Povos Tradicionais do 2º Distrito do Município de Paraty (CONAP Tradicional) firmou posição negando a concessão de uso, porque não atende às necessidades da população presente no 2º Distrito.

Martins (ouvinte, advogado de moradores da Trindade): Pergunto ao Sr. Almir, por que veio esse decreto impondo a revisão do Plano de Manejo?

Almir: O antigo Plano de Manejo pretendeu fazer uma consulta às comunidades das professoras das escolas municipais. No entanto, os professores mudaram e não houve participação. Agora parece que poderemos fazer uma consulta muito mais consistente. Este é o aprendizado que estamos trazendo para as comunidades.

Tininho: Até 2000 aqui não era um bairro, era uma fazenda.

Neste ponto da discussão foram projetadas imagens da área do Novo Horizonte colhidas no *Google Earth* para ilustrar a fala do participante, sendo verificado, a par do surgimento da área urbanizada, um aumento da área florestada, ou seja, aumentaram os números de residências, e ao mesmo tempo, aumentou a área de cobertura vegetal.

William: sou da Forquilha e cultivo plantas ornamentais. Existe uma informação de que o ICMBio não deixa passar a máquina para conservar as estradas. Isso procede?

Carlos Felipe: da parte da APA não temos nenhum conhecimento do caso. No entanto, é preciso verificar em relação ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, que abrange áreas na Forquilha e eventualmente pode impor restrições. Nós, da APA, não sabemos desses detalhes em relação ao Parque. Mas podemos verificar, colocando você em contato com a administração do Parque.

Fernando Louro: a Prefeitura disse que solicitou autorização ao Parque, mas não obteve resposta.

Flávio Paim (analista ambiental do ICMBio na APA Cairuçu): vou abordar falas de alguns participantes até aqui. Esta reunião foi agendada em março, juntamente com as demais reuniões ordinárias do CONAPA previstas para este ano – não há nada escondido aqui. A convocação de cada reunião, porém, naturalmente, é dirigida aos conselheiros. Se existem outros interessados em participar, devem buscar contato com a APA. Como poderíamos saber de interesse da parte de quem não entra em contato? Agora, outra coisa que eu queria chamar a atenção é com respeito ao que disse a Paula, sobre a diminuição no volume de água nas nascentes e cachoeiras da região. Todos provavelmente viram a cerimônia de abertura das Olimpíadas agora mesmo, na sexta feira passada. E vocês viram ali uma denúncia muito forte sobre o aquecimento global. Vocês viram a animação gráfica com aquela espiral mostrando o aquecimento recente, mês a mês, que finalizou com a declaração de que os últimos dezesseis meses foram os mais quentes de toda a história até hoje. Ora, mais calor, implica mais evaporação. E mais evaporação implica menor disponibilidade de águas continentais. Então, isto que a Paula está chamando atenção é resultado direto disto que estamos vendo aí, o aquecimento global. Um gestor público não pode apenas ter em vista o seu conhecimento do passado, como eram as coisas antes. Principalmente, numa situação de mudanças tão evidentes e tão graves como estas que a Paula e todo mundo está notando, e a ciência está explicando. Paraty poderia não ter muitos problemas de água no passado, mas é bem evidente que já tem no presente. E terá muito mais no futuro. Um gestor público consciente tem que planejar de acordo com uma imagem de futuro consistente com as tendências que a realidade apresenta no presente. Então eu estou trazendo isto para reflexão. É preciso os próprios moradores terem em vista a disponibilidade de água, para avaliarem até que ponto podem deixar aumentar a ocupação da área. Pode-se atingir um grau de saturação da ocupação do território, face à eventual indisponibilidade de água.

Durante a intervenção acima, surgiu um início de polêmica, com certa alteração de ânimos. Um morador interpelou a fala anterior, contestando que se tivesse que estancar o crescimento do bairro. O interpelado argumentou que não era isto o que estava dizendo, mas apenas chamando para uma reflexão que deveria ser feita em outra oportunidade. Na continuação da polêmica, reivindicou à direção dos trabalhos, que sua fala fosse assegurada. Carlos Felipe, atuando como facilitador das discussões apontou para o acordo de convivência com as regras expostas num cartaz, chamando a atenção para a ordem nas falas mediante inscrições e a necessidade da “escuta ativa”, da parte dos demais. Ofereceu ao morador que se inscrevesse para que pudesse expressar seus pontos de vista com calma na sequência. O orador pôde concluir sua fala. Esta intervenção foi fundamental para a ordem na reunião, pois sacramentou as regras de convivência, e um clima de respeito mútuo foi à tônica durante todo o restante do evento, sem novos incidentes.

Mateus (morador de Novo Horizonte): Uma questão que a Paula levantou é essa que a gente comete uma infração sem saber. O morador faz algo errado sem saber e depois é travada a obra, barrado, esculachado. Outra questão é a luz. Mas quem me avisou que eu tava errado? Mas acredito que não podemos perder todo um investimento por falta dessa informação.

Carlos Felipe: O desafio que estamos querendo desenvolver aqui na APA Cairuçu é a gestão participativa. O fato é que você tem muita razão em demandar informação. O Plano de Ação do Conselho tem vinte e cinco ações previstas. Uma delas é a criação de fóruns locais. Este momento aqui é um início desse processo, Agradecemos a boa vontade em nos ouvir. E temos outra ação planejada que é a construção de acordos.

Então, a ideia é a gente celebrar acordos sobre as regras nas comunidades. Depois a gente poderá cobrar o cumprimento desses acordos.

Juarez (comunitário da Forquilha): qual o órgão que faz a fiscalização do ICMBio, do Parque da Serra da Bocaina?

Carlos Felipe: as Unidades de Conservação federais, como os parques nacionais, são administradas pelo ICMBio, órgão federal. Mas nas APAs também podem exercer fiscalização o INEA e a Polícia Ambiental, que são órgãos estaduais. Quem fiscaliza o ICMBio é o Ministério Público Federal. No próprio ICMBio já existe o entendimento de que os proprietários e posseiros não indenizados por desapropriações ou benfeitorias devem ter sua dignidade preservada.

Juarez: Minha esposa se queimou por falta de luz. Como não tem luz, para tomar banho tem que esquentar a água no fogão e levar para o banheiro. O chão estava molhado, ela escorregou e se queimou com a água quente. Foi um acidente horrível que aconteceu porque o ICMBio não deixa ligar a rede elétrica lá.

Fernando Louro: Quanto ao zoneamento, é preciso definir e casar com o Plano Diretor. Área de expansão urbana, o que é permitido, e isto precisa estar claro. A Trindade virou moeda de troca, por hipoteca das propriedades. No Parque de Ubatuba existe uma diferença, uma negociação. Existe a permissão de uso, dentro de um contingenciamento pactuado. Quero acreditar que vocês estejam falando a verdade e pretendendo fazer pactuações, que pretendam fazer essa pactuação também.

Felipe Callegário (comunitário de Novo Horizonte): a gente não pode ser discriminado por morar aqui. A minha casa na beira da rodovia não pôde pôr luz. A estrada não pode ser conservada por causa dessa perseguição. Tomamos água da torneira, pois a água aqui vem de nascente. Queremos pedir a luz na AMPLA e ver um mapinha e o dizer: pode, não pode. Não sair com um papel para ir no ICMBio e onde mais não sei.

Járdson: Sou da Praia do Sono e também enfrentamos muitos problemas. Temos do lado, o Condomínio Laranjeiras, e tramita na Justiça Federal, um processo que pode impedir o nosso trânsito até a comunidade. Digo isso para minimizar o sofrimento de vocês aqui no Novo Horizonte. Acho que estamos passando um momento muito bom. Para nós, isso que acontece agora, era uma utopia. Quando é que nós imaginaríamos que poderíamos estar discutindo aqui com os órgãos ambientais uma política participativa no nosso território? Que bom, você poder ter um Conselho como este, com todos os elementos que precisamos. Temos técnicos ambientais, comunitários inteligentes e guerreiros, universidades. E isso para garantir o uso público do nosso território. Se não tivesse as populações tradicionais teríamos outros Condomínios Laranjeiras com praias privatizadas. Estamos desenvolvendo um projeto de saneamento no Sono que queremos que seja expandido para todas as comunidades.

Maura: Não vou falar do Parque, não. Vou falar da APA. Por que não pode ter uma construção na APA? Não pode plantar uma bananeira? Estamos cansados de receber notificações na APA. De sermos tratados como criminosos, com armas na cabeça. Há não mais de vinte dias mesmo, aconteceu isso, no meio de uma reunião. Chegou um carro da APA, da polícia ambiental e estava querendo prender um participante.

Bruno: Dona Maura, a senhora tem alguma queixa em relação à conduta de algum servidor da APA? Alguém da equipe da APA fez alguma abordagem colocando armas na cabeça de morador? Algum carro da APA foi visto com alguém tentando prender os moradores?

Maura: realmente, acho que não foi da APA. Acho que foi INEA, Polícia Ambiental.

Paula: é necessária uma educação continuada para informar as pessoas e evitar o desconhecimento das populações. Achei ótimo o formato das reuniões itinerantes. Tomei nota de questões que preocupam a todos, energia, saneamento, ordenamento e aterro. Quero sugerir a criação de grupos de trabalho por blocos de pessoas que estão com problema de energia por área.

Bruno: antes de encerrar, gostaria de falar uma coisa pra vocês. Esta sendo muito legal estas reuniões que viemos fazendo, no âmbito do CONAPA. Parece um sonho esta construção participativa do Plano de Manejo. Tudo muito bonito, entretanto nada garante que amanhã, daqui a um tempo continuaremos a trabalhar desta forma. A única coisa que pode dar uma garantia mínima são vocês se apoderarem deste processo e cobrar, exigir da instituição a continuidade destes trabalhos.

Após esta fala, sem mais inscritos, e tendo atingido o teto de 13 h estabelecido para o término da parte matutina do encontro, o presidente da reunião deu por encerrado os trabalhos, convidando os presentes para o almoço.

Após o almoço, o conselheiro Clédson informou que não estaria presente na parte da tarde, pois iria à Delegacia de Polícia registrar um Boletim de Ocorrência comunicando que fora ameaçado de morte pelo rapaz ao qual havia interpelado durante a dinâmica de apresentação, conforme já relatado, afirmando que por causa disso o interpelou de forma aparentemente intempestiva.

Às 14 h 50 min, os trabalhos foram retomados.

Bruno: antes de retomarmos nossa discussão, vamos registrar a presença, entre nós, do Sr. Orlando Callegário, proprietário original da área onde hoje se estabeleceu o bairro de Novo Horizonte. Seo Orlando, o senhor não gostaria de falar alguma coisa, nos contar um pouco sobre a história do lugar?

Orlando Callegário: boa tarde a todos. A gente aqui não veio invadido não. O terreno não era ocupado. O prefeito convocou pessoas interessadas para ocupar a região, que ele daria a terra. Eu vim do Espírito Santo, me apresentei e fui indicado para ocupar toda essa área que envolve aqui o Novo Horizonte e a Independência.

Danielle: o senhor não foi o primeiro motorista de ônibus da região?

Orlando: sim, fui eu o primeiro motorista da Colitur.

Bruno: abre os trabalhos previstos para o turno da tarde, dedicado à Reunião Ordinária do CONAPA, propriamente dita. O próximo assunto é o relato do processo e da metodologia de revisão do Plano de Manejo. Informo que ontem foi mantido contato com Brasília para saber como está o andamento da instrução do processo de revisão, para termos uma posição bem atualizada para esta reunião. Agora passo a palavra para Carlos Felipe para nos relatar como foi o telefonema junto a Coordenação de Plano de Manejo do ICMBio (COMAM) e introduzir a discussão da metodologia proposta para a revisão do Plano de Manejo.

Carlos Felipe: Além da troca de emails e da busca de informações junto à COMAN, foi feito contato telefônico para pedir orientações quanto ao prazo conferido pelo decreto 8775. A informação é de que há justificativas para seguir os trabalhos em maior tempo. A proposta das sementeiras de mobilização e da realização de oficinas comunitárias, elaborada pelas Câmaras Temáticas do CONAPA foi bem recebida. Foi informado à COMAN que tal proposta seria objeto de análise para possível pactuação no âmbito do CONAPA. Ao concluir o relato da interlocução com a COMAN, foi esclarecido mais uma vez que o primeiro passo no processo de revisão de Plano de Manejo é a entrega do Relatório de Monitoria. Combinamos com o ICMBio em Brasília que faríamos um relatório progressivo. Apresentamos uma primeira versão com um levantamento das ações gerenciais do Plano de Manejo. Vimos que são quinhentas ações gerais e, depois, são mais quinhentas específicas. Em nosso relatório, considerando o Plano de Ação do Conselho, enxugamos para cinquenta e duas ações. Quanto ao zoneamento, já temos uma primeira análise e no relatório de monitoria, mencionamos que a revisão tem que ser com a participação dos moradores e interessados. Com isto, mostramos que noventa dias são insuficientes para a revisão do Plano de Manejo com qualidade. Brasília respondeu que se houver cobranças do MPF ou da Casa Civil quanto ao prazo, justificará com o Relatório de Monitoria apresentado. Fica claro que o Plano de Manejo necessita de uma repactuação. Se são cerca de mil ações, não há condições de monitoramento. A idéia é que o Plano de Manejo seja um plano estratégico, diretivo, de longo prazo, enquanto o Plano de Ação do Conselho contemplaria as ações mais imediatas. Agora deve ser publicada uma Ordem de Serviço do ICMBio instituindo a equipe de planejamento da revisão do Plano de Manejo, composta por analista da APA e da COMAN. Importa frisar que a Coordenação entende a importância deste processo de diálogo com as comunidades e setores interessados.

Fábio: com a vinda do Rodrigo Bacelar no mês passado, que é a pessoa indicada por Brasília para o acompanhamento do processo, podemos considerar que existe o reconhecimento do Plano de Ação e desse processo de diálogo.

Carlos Felipe: agora quero passar a palavra para a conselheira Marcela fazer a apresentação da proposta metodológica.

A fala de Marcela, a seguir, foi ilustrada por slides projetados na sala, contendo: (1) um mapa da APA com as comunidades identificadas e as dezesseis microbacias hidrográficas que compõem o território da Unidade; (2) uma tabela com as unidades territoriais de planejamento da APA (as dezesseis microbacias), a listagem das comunidades presentes em cada uma e a previsão das reuniões de sementeira e oficinas de planejamento participativo; e (3) imagens ilustrativas dos métodos participativos a serem empregados nas Oficinas – mapa falado, rodas de conversa, café mundial e plenária.

Marcela: a proposta de metodologia foi desenvolvida em reuniões conjuntas das Câmaras Temáticas de Comunidades e Povos Tradicionais e de Comunicação e Formação. Contaram com a participação de conselheiros como Almir, Robson, Neiva, Noel entre outros. Foram identificadas quarenta comunidades caiçaras, duas quilombolas, duas indígenas e dezoito comunidades rurais, conforme mostra o slide. A metodologia prevê uma primeira etapa, que chamamos de “sementeira”, com visitas a serem realizadas pela equipe da APA e conselheiros às comunidades, para a sensibilização dos moradores em relação ao processo de revisão participativa do Plano de Manejo. Essas sessenta e duas comunidades foram agrupadas em dezesseis áreas geográficas, a partir da unidade territorial proposta para o planejamento, que é a bacia hidrográfica. As comunidades indígenas e quilombolas, em vista de suas legislações e direitos territoriais próprios, serão alvos de um protocolo de tratamento específico. Na prática, isto significa reuniões específicas, respeitando seus tempos próprios de amadurecimento de decisões, num ritmo específico. Isto vale especialmente para os indígenas, pressupondo até consulta sobre a consulta. Depois das sementeiras, numa nova rodada, serão realizadas dezesseis Oficinas Participativas agrupando as comunidades dessas dezesseis unidades geográficas, quando serão discutidas as questões locais e pactuados os limites de zoneamento naquela área.

Almir: Durante a gestão do Godoy, constituímos um GT de Zona de Expansão de Vila Caiçara, abrangendo as Ilhas do Araújo, do Algodão e do Cedro, mais a Ponta Grossa. Através disso fizemos um levantamento da população tradicional da Ilha do Araújo que pode servir de modelo para as outras.

Durante os debates suscitados pela apresentação de Marcela, o agrupamento de comunidades por unidade hidrográfica nos trechos médio e alto Carapitanga foi retificado, ficando os locais de encontro ainda por serem definidos; da mesma forma, em relação ao médio e baixo Carapitanga, ficando a comunidade Pedreira incluída no trecho médio.

André: sugere que, quando forem formados os grupos para realizar as Oficinas compostas pela equipe da APA e conselheiros, estas sejam realizadas na mesma semana das reuniões do CONAPA

Marcela, com apoio da projeção de um novo slide ilustrativo, acrescentou outros itens na metodologia de revisão participativa do Plano de Manejo: (1) as Reuniões Setoriais – envolvendo o diálogo com representações das marinas, do setor do turismo e de ocupantes/usuários das ilhas; e (2) a Conferência Geral a ser organizada como um Seminário da APA, dirigido a toda a população, para discussão final da proposta de revisão até então construída e consolidação.

Carlos Felipe: indagou aos conselheiros se podemos aprovar esta proposta metodológica para a revisão do Plano de Manejo apresentada pela Marcela. Diante do consenso de todos os conselheiros presentes, podemos dar por aprovada. Então podemos passar ao novo ponto de pauta, o relato da Câmara Temática de Águas, que solicito à conselheira Monaliza apresentar.

Monaliza: relata que fez uma apresentação sobre o Projeto Carapitanga, em julho último, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, na capital, para um grupo de professores coordenadores de diversas áreas da instituição, além de professores da UFRJ – o conselheiro Sandro e o professor Barroco, aqui presente. Este projeto tem metas envolvendo coleta e análise da qualidade da água do rio Carapitanga e informação de resultados para as comunidades residentes na bacia e discussão de ações. Buscava ser apoiado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande. No entanto, este Comitê teve todos os seus recursos recolhidos pela Secretaria da Fazenda do Estado e, apesar de o projeto ter sido aprovado, não pôde ser implementado dada a carência dos recursos. Contudo, com a participação da coordenadora de programas e projetos da Pró-Reitoria de Extensão do IFRJ, professora Rosângela Bezerra, nas reuniões do CONAPA, foi possível agendar uma apresentação do Projeto Carapitanga naquela instituição de ensino, para buscar uma alternativa prática de apoio à sua execução. Ainda registrou que, na ocasião, também apresentou aos professores do IFRJ e da UFRJ, um relato sobre a Oficina Águas do Carapitanga, realizada em março último

no Quilombo do Campinho. Posteriormente a essa reunião, ocorrida no Rio de Janeiro no dia 12 de julho, realizou-se, ao final do mês, uma reunião da CT de Águas do CONAPA, na sede da APA. Ali o Projeto Carapitanga foi novamente apresentado e, posteriormente, a coordenadora de programas e projetos da Pró-Reitoria de Extensão do IFRJ trouxe uma proposta de realização de um Curso de Formação Inicial e Continuada (Curso FIC) em gestão de bacias hidrográficas, a ser realizado em Paraty, no auditório da APA Cairuçu, dirigido a jovens residentes na unidade de conservação, e tendo como laboratório de campo a própria bacia hidrográfica do rio Carapitanga. E ontem, tivemos uma nova reunião realizada no OTSS, envolvendo os participantes da CT de Águas do CONAPA, em que foi delineada uma agenda de atividades para viabilizar a implementação do Curso FIC em Gestão de Bacia Hidrográfica no primeiro semestre de 2017. E encaminhou para o professor Barroco, da UFRJ, que estava presente nas três reuniões, explicar no que consiste um curso FIC.

Barroco: eu vou expor resumidamente o que é um Curso FIC, a pedido da professora Rosângela, que não pôde vir a esta reunião. Um Curso FIC é um tipo de curso técnico promovido pelo IFRJ, dirigido a jovens a partir de 14 anos, com uma carga horária de 160 a 180 horas. Deve ter sua proposta aprovada pelo Conselho Acadêmico e de Extensão do IFRJ. Essa proposta deve conter o projeto pedagógico, a matriz curricular e ementas das disciplinas. É possível a participação de pessoas de outras instituições como professores. A idéia desse Curso FIC em Gestão de Bacias Hidrográficas é construí-lo em parceria com a CT de Águas, com foco em saneamento, meio ambiente e sustentabilidade. A parte experimental poderá envolver a coleta e análise da água em vinte pontos do rio Carapitanga. Poderá conter até 20% da carga horária com módulos de EaD. Ontem, na reunião realizada no Observatório, tiramos uma agenda de ações necessárias nos próximos meses para que possamos formular o projeto pedagógico completo até novembro, para então submeter a proposta ao Comitê Acadêmico do IFRJ, de modo que, sendo aprovado, o curso possa começar a ser implementado em março de 2017. Este seria um primeiro Curso FIC em Paraty e poderá ser seguido por outros.

A proposta do Curso FIC foi muito recebida com satisfação pelos conselheiros, mas, dado o adiantado da hora e a pauta ainda pendente na reunião, optou-se por não se aprofundar qualquer discussão, passando-se, imediatamente, para o próximo ponto: Projeto Comunidades Caiçaras da APA Cairuçu, que foi apresentado por Carlos Felipe, com auxílio de uma projeção de slides.

Carlos Felipe: o Projeto Comunidades Caiçaras da APA Cairuçu foi suscitado pelo Termo de Ajuste de Conduta mediado pelo MPF e compromissado entre o IBAMA e a empresa petroleira Chevron, responsável por um derramamento de petróleo que impactou águas do estado do Rio de Janeiro. Esse TAC aporta recursos financeiros para a gestão de cinco unidades de conservação federais litorâneas do estado, entre as quais, a APA Cairuçu. A operação dos recursos do projeto será administrada pelo FUNBIO. O título do Projeto da APA é: “Fortalecimento da governança e do desenvolvimento sustentável das comunidades caiçaras das áreas costeiras e insulares da APA Cairuçu”. A gestão do projeto deverá ser realizada com este Conselho, por meio da CT de Comunidades e Populações Tradicionais. Os resultados esperados se desdobram quatro frentes: (1) gestão territorial e controle social da APA e áreas caiçaras, (2) apoio a atividades produtivas sustentáveis, (3) apoio à educação diferenciada e (4) unidades demonstrativas de saneamento ecológico e segurança hídrica de comunidades caiçaras. Para se alcançarem os resultados da primeira e segunda frentes serão destinados em torno quinhentos mil reais em cada; para a terceira e quarta frente, recursos próximos a trezentos mil reais, em cada. Os próximos passos para a implementação do projeto são: celebração do contrato e elaboração do Plano Operativo Anual (POA), previstas para o final de 2016, com início das contratações e aquisições previstas para o primeiro semestre de 2017.

A apresentação do Projeto Comunidades Caiçaras da APA foi comemorada por todos os conselheiros, alguns dos quais haviam participado diretamente da definição de suas diretrizes. Com o adiantado da hora, não se discutiu o tema e passou-se imediatamente para o próximo ponto de pauta, o relato sobre o projeto apresentado pela APA Cairuçu para apoio do ICMBio à capacitação de conselheiros dos conselhos gestores de unidades de conservação.

Bruno: Em julho foi divulgada uma chamada interna do ICMBio para projetos de apoio à formação de conselheiros dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, com prazo bem curto para a apresentação de projetos pelas UCs. Atendendo a essa chamada, apresentamos uma proposta intitulada “Capacitando na Ação – fortalecimento do Conselho Gestor da APA Cairuçu através dos pactos comunitários de uso e ocupação do território”. Como o recurso não era muito expressivo, apenas dez mil reais por proposta, e o prazo era bem curto, discutimos a ideia geral com conselheiros da CT de Populações Tradicionais e de

Comunicação e, então, restringimos o foco da nossa proposta nos itens mais básicos para a viabilização das oficinas previstas para o zoneamento participativo da APA Cairuçu, conforme a metodologia recém apresentada pela Marcela. Assim, no projeto apresentado pela APA, consideramos apenas dois itens de custeio: (1) seis mil reais para alimentação em dez, das dezesseis oficinas participativas com as comunidades nas microbacias hidrográficas do território e (2) quatro mil reais para diárias de um colaborador eventual, conforme vem acordado com o Observatório da FIOCRUZ, para suporte técnico em geoprocessamento para a elaboração dos mapas falados nas oficinas participativas que deverão configurar o zoneamento da APA em cada uma dessas dezesseis microbacias que compõem o território. A proposta já foi submetida e estamos aguardando o resultado para qualquer momento.

Apresentado o relato de Bruno, passou-se ao novo ponto de pauta: informes gerais dos conselheiros.

Barroco: a pedido do Sandro, professor da UFRJ e conselheiro do CONAPA, informo que será realizado, no dia 16 de agosto, no auditório da APA, um curso técnico gratuito sobre energia fotovoltaica voltado para moradores do Quilombo do Campinho e aberto a interessados em geral. Também chamamos a atenção para email divulgado por Sandro aos conselheiros, no qual é apresentado um conjunto de linhas de apoio a projetos do Governo Federal para a UFRJ. A UFRJ, através do professor Sandro e com a nossa colaboração, se coloca à disposição do CONAPA para a elaboração de projetos a serem encaminhados a essas fontes de recursos.

Fábio: informo que no dia 10 de agosto haverá uma reunião no OTSS às 14 h para construção do Encontro Estadual de Agroecologia que será realizado em Paraty. Eu queria também aproveitar para parabenizar a equipe da APA pela condução das reuniões, por conseguir conduzir reuniões tão difíceis como esta com um “papo reto”, respeitando a todos como foi demonstrado hoje mesmo.

Tiago: informo que no dia 23 de agosto deverá ocorrer a próxima reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande em Angra dos Reis.

Em seguida a palavra foi disponibilizada aos conselheiros e demais presentes para apresentarem suas considerações finais.

Cristiana: eu também gostaria de parabenizar a equipe e os conselheiros pela ótima condução das reuniões e de todo o processo.

Paula Callegário: eu também parabenizo a equipe e queria registrar que eu fui conselheira do CONAPA durante muitos anos em gestões anteriores e é a primeira vez que vi uma reunião com a equipe da APA realmente dialogando com a população, bem diferente do que acontecia antes, quando a gente via combinar uma coisa e depois realizar outra bem diferente.

Neiva: acho muito bom utilizar as linhas de financiamento da UFRJ para desenvolver projetos para as comunidades. E também parabenizo a equipe e conselheiros. A gente passa um dia inteiro aqui e nem sente estar participando de uma reunião, mas de uma construção.

Bruno: gostaria de reforçar novamente o que havia dito no final da manhã. Este excelente momento que vivemos no Conselho da APA Cairuçu, precisa ser apropriado, defendido e exigido por vocês, pois não temos nenhuma garantia da continuidade destes processos participativos. Digo isso porque tenho trauma em gerar falsas expectativas às comunidades, como já aconteceu no passado quando trabalhava no IBAMA do Maranhão.

Com esta última fala, devido o adiantar das horas, bem como dificuldade de continuidade por precariedade na iluminação do salão da igreja, o analista ambiental Bruno Gueiros, presidindo os trabalhos, deu por encerrada a reunião às 17 h 10 min.

Relator: Flávio Paim - Analista Ambiental da APA Cairuçu.